



JERFFERSON
DA MATA
ALMEIDA

**CÉDULA
DE CRÉDITO
BANCÁRIO**
aspectos controversos

D'PLÁCIDO
EDITORA

**JERFFERSON
DA MATA
ALMEIDA**

**CÉDULA
DE CRÉDITO
BANCÁRIO:
aspectos controversos**



D'PLÁCIDO
EDITORA

Copyright © 2016, D'Plácido Editora.
Copyright © 2016, Jerfferson da Mata Almeida.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Letícia Robini de Souza
(Sob imagem de Kevin Doncaster para flickr.com)

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.



Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843 , Savassi
Belo Horizonte - MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-007

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

ALMEIDA, Jerfferson da Mata

Cédula de crédito bancário: aspectos controversos -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

Bibliografia

ISBN: 978-85-8425-257-2

1. Direito Empresarial 2. Direito Bancário 3. Contratos I. Título II. Direito

CDU346.3

CDD 342.234

Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace el camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante, no hay camino
sino estelas en la mar.

Antonio Machado

AGRADECIMENTOS E DEDICAÇÃO

À Deus, primeiramente, pela saúde, força, capacidade e possibilidade de realizar escrever cada linha desse livro.

Agradeço e dedico também este trabalho à minha querida avó Therezinha da Mata (*in memoriam*), à minha mãe Norma, à minha esposa Débora, ao meu filho Lucca, à minha sogra Denise de Cássia e em especial à minha família e amigos que sempre contribuíram com um carinho, uma risada, uma brincadeira, uma atenção, um diálogo para alegrar minha vida, dando-me força diária.

Aos professores Vinícius José Marques Gontijo e Jean Carlos Fernandes, meus insígnis mestres e espelhos para as grandes reflexões acadêmicas que iniciaram e incentivaram o presente estudo.

Cada um de vocês, dentro de sua peculiaridade, contribuiu para que o presente livro pudesse ser escrito.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO	17
1. INTRODUÇÃO	19
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS TÍTULOS DE CRÉDITO	21
2.1. Noções introdutórias da CCB.....	24
3. DA CARACTERÍSTICA DA CCB	29
3.1. Dos atributos de título de crédito.....	29
3.2. Da transmissibilidade da CCB.....	34
4. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO	41
4.1. Decisões judiciais sobre o instituto.....	47
4.1.1. Súmula n. 233.....	48
4.1.2. Súmula n. 247.....	51
4.1.3. Súmula n. 258.....	53
4.1.4. Súmula n. 300.....	56
4.2. A força executiva em abstrato da CCB – Entendimentos atuais do STJ.....	58

4.2.1. A liquidez como matéria fático-probatória.....	62
4.2.2. A impossibilidade de liquidez e mitigação dos requisitos dos títulos de crédito.....	73
5. DA COBRANÇA DE JUROS POR PESSOA NÃO INTEGRANTE DO SFN.....	77
5.1. Da cobrança via CCB.....	77
5.2. Dos juros – Do conceito jurídico de juro.....	78
5.3. Da classificação dos juros.....	80
5.3.1. Dos juros convencionais e legais.....	80
5.3.2. Dos juros compensatórios e moratórios.....	81
5.3.3. Dos juros quanto a sua capitalização.....	84
5.4. Da importância das instituições financeiras e seu caráter social.....	85
5.4.1. Das taxas de juros aplicadas pelas instituições financeiras.....	90
5.4.2. Da aplicabilidade das regras civis as pessoas naturais e jurídicas não integrantes do SFN.....	92
5.5. Da CCB como título de crédito e sua cobrança em caso de inadimplemento.....	95
6. A UTILIZAÇÃO DA CCB COMO VALORES MOBILIÁRIOS.....	99
6.1. O valor mobiliário no direito brasileiro.....	99
6.2. Da introdução da CCB no mercado de capital.....	103

6.2.1 O julgamento do processo RJ 11.593/2007 pela CVM.....	103
6.2.2. As securitites, o Howey test e o Reves test.....	106
7. CONCLUSÃO.....	121
REFERÊNCIAS.....	127
ANEXO I	
Taxas para pessoas físicas.....	137
ANEXOS II	
Taxas para pessoas jurídicas.....	143

PREFÁCIO

Eu recebi com enorme alegria o pedido que me foi formulado pelo amigo, ex-aluno e Professor Jerfferson da Mata Almeida, para que pudesse prefaciар o livro “Cédula de Crédito Bancário: Aspectos Controversos”, o qual foi redigido por ele como resultado de seus estudos no Curso de Mestrado da Faculdade Milton Campos.

No entanto, ao receber o trabalho final para minha leitura e análise, deparei-me com algo que extrapolava sua dissertação de mestrado acerca do mesmo tema e que havia sido aprovada com destaque pela banca examinadora. Trata-se, em verdade, de um Curso acerca do tormentoso e controverso tema, com análise profunda e brilhante da lei, da jurisprudência (inclusive a sumulada por Tribunal Superior), outros instrumentos normativos, doutrina e, claro, muito mais...

De fato, o livro é simplesmente completo, não podendo faltar na biblioteca dos estudiosos do Direito, tratando-se de leitura obrigatória. Penso, após a leitura do trabalho, que o livro deve ainda ser lido e mantido pelos próprios operadores do mercado financeiro, na medida em que a Cédula de Crédito Bancário (CCB) tem se revelado como o “título de crédito” mais empregado pelo sistema financeiro nacional, e aqueles que o operam costumam se emaranhar na realidade da cambiariforme, confundindo-a com contratos bancários.

A estruturação do livro foi muito bem pensada, permitindo uma leitura linear e muito agradável. É ainda uma obra de fácil consulta, que permite ao operador do Direito, assim como aos alunos, chegar rápido ao tema que urge ser respondido.

O livro faz um esforço histórico dos títulos de crédito, e, em seguida, passa à reflexão das características da CCB, sem se descuidar do Contrato de Abertura de Crédito, conhecido pelo público leigo como Contrato de Cheque Especial, examina os encargos financeiros insertos no título quando se trata de pessoa credora que não integra o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e a utilização da Cédula como valor mobiliário, propondo questionamentos e soluções aplicáveis. O autor seleciona precedentes jurisprudenciais relevantes e os analisou de maneira inteligente e honesta.

O autor, que é profissional oriundo do mercado financeiro, consegue aliar ao seu conhecimento prático a indagação teórica e bem formada não apenas por curso de Pós-Graduação *lato sensu* havido na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais acerca do tema, mas também de Pós-Graduação *stricto sensu* decorrente de seu mestrado em Direito Empresarial, que tive o privilégio de orientar.

De fato, o Professor Jefferson da Mata Almeida reúne qualidades ímpares para que o pesquisador logre êxito em seu trabalho, tais como: firme precisão e conhecimento técnicos, clareza de ideias e inteligência, capacidade investigativa, vivência prática acerca do tema pesquisado...

As qualidades do livro são aquelas do autor, que tem a rara capacidade de aliar, reiterar-se, indagação teórica e conhecimento prático. De fato, com sólida formação acadêmica, resultado de pós-graduação e mestrado, alia uma vivência extraordinária na advocacia do Direito Bancário.

Destarte, este não é um livro que apenas disserta com precisão e completude acerca de um tema de capital importância para o Direito, mas, também, é uma obra que

vem suprir, com notável qualidade, lacuna da literatura jurídica nacional, razão pela qual, reitero: vamos à leitura e ao aprendizado!

Vinícius Jose Marques Gontijo

Doutor e Mestre em Direito Comercial pela Universidade Federal de Minas Gerais; Professor no Curso de Mestrado e na Graduação da Faculdade de Direito Milton Campos. Coordenador e Professor do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Faculdade de Direito Milton Campos; Professor de Direito Empresarial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Ex-Professor Substituto na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade Federal de Ouro Preto – MG.

APRESENTAÇÃO

O professor Jerfferson da Mata Almeida nos traz valioso trabalho, com o qual obteve o título de mestre em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito Milton Campos, sob a orientação do professor doutor Vinícius Jose Marques Gontijo, oportunidade em que nos coube a honra de compor a banca examinadora.

O livro trata de tema extremamente interessante sob um enfoque original, permitindo ao leitor a segura compreensão da “*Cédula de Crédito Bancário: Aspectos Controversos*”. O autor se propõe, e consegue investigar, questionar e instigar a todo o momento sobre as questões polêmicas em torno da matéria.

Sabe-se que a cédula de crédito bancário surgiu a reboque das políticas públicas direcionadas à economia, cuja edição e textos legislativos visam instrumentalizar linhas de crédito, geralmente oficiais, mobilizadas ao atendimento de objetivos governamentais ou da economia brasileira. Sua natureza jurídica é de um título de crédito causal, dotado de exequibilidade, representando promessa de pagamento em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta corrente, de emissão de pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou de entidade a esta equiparada, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade.

Segundo o autor, o surgimento da cédula de crédito bancário significa no mercado creditício “*forte instrumento*

fomento, de garantia, de circulação de riqueza e, notadamente, pela agilidade na cobrança em caso de inadimplemento do cliente emitente devedor que se dará pela via da ação de execução.”

Trata-se, portanto, de trabalho muito bem encadeado e equilibrado, iniciando-se pela introdução sobre a evolução histórica dos títulos de crédito, abordando em seguida as características da cédula de crédito bancário, sua executividade e encargos incidentes nas operações por ela instrumentalizadas. A passagem do último capítulo mostra o cuidado do autor ao realizar o recorte metodológico com o fim de analisar a funcionalização da cédula de crédito bancário como valor mobiliário, matéria de extrema importância no contexto da imaterialização e desmaterialização dos títulos de crédito.

A segura travessia metodológica encetada pelo autor oportuniza à comunidade jurídica reflexões apresentadas com seriedade, competência acadêmica e lucidez, refletindo o aprofundamento e a problematização do discurso jurídico. O leitor certamente encontrará no livro do professor Jerferson da Mata Almeida um convite ao debate e ao diálogo constantes. Cabe recomendá-lo, seguro de seu sucesso!

Prof. Dr. Jean Carlos Fernandes

Pós-doutor (Universidade de Coimbra), doutor (PUC-MG) e mestre em Direito Comercial (UFMG); Professor do Mestrado em Direito Empresarial da Faculdade de Direito Milton Campos; Coordenador Didático-Pedagógico do curso de graduação em Direito da Faculdade de Direito Milton Campos; Professor de Direito Empresarial da Faculdade Mineira de Direito da PUC-MG; Diretor Primeiro Secretário do Instituto dos Advogados de Minas Gerais; Advogado empresarialista.

Vigente no cenário nacional desde 14 de outubro de 1999, pela edição da Medida Provisória n.1.925, de 14 de outubro de 1999, posteriormente reeditada com o número 2.160/2001 e aprovada pelo Congresso Nacional como Lei n. 10.931, em 2 de agosto de 2004, a Cédula de Crédito Bancário - CCB - foi introduzida no cenário financeiro nacional.

De acordo com o artigo 26 da Lei n. 10.931/04, “a CBB é título de crédito emitido por pessoa física ou jurídica em favor de instituição financeira ou de entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade”, com viés de exequibilidade, conforme dispõe o artigo 28 da lei supramencionada.

Esse instituto legal, nascido em 1999, tornou a CCB um forte instrumento de crédito e de fomento, além de inovador no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - SFN -, por ser ele passível de encampar toda e qualquer modalidade de crédito, tais como: contrato de abertura de crédito, mútuo, operação de arrendamento mercantil ou um financiamento qualquer, dando maior segurança às instituições financeiras beneficiárias.

Além disso, as instituições financeiras poderão valer-se desse título de crédito para angariar recursos na economia popular, lançando-os no mercado de valores mobiliários.

“O livro faz um esboço histórico dos títulos de crédito, e, em seguida, passa à reflexão das características da CCB, sem se descuidar do Contrato de Abertura de Crédito, conhecido pelo público leigo como Contrato de Cheque Especial, examina os encargos financeiros insertos no título quando se trata de pessoa credora que não integra o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e a utilização da Cédula como valor mobiliário, propondo questionamentos e soluções aplicáveis. O autor seleciona precedentes jurisprudenciais relevantes e os analisou de maneira inteligente e honesta.”

Vinícius Jose Marques Gontijo

Doutor e Mestre em Direito Comercial pela Universidade Federal de Minas Gerais; Professor no Curso de Mestrado e na Graduação da Faculdade de Direito Milton Campos. Coordenador e Professor do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da Faculdade de Direito Milton Campos; Professor de Direito Empresarial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Ex-Professor Substituto na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade Federal de Ouro Preto — MG.



D' PLÁCIDO
EDITORA

www.livrariadplacido.com.br

ISBN 978-85-8425-257-2



9 788584 252572